

A estratégia do genocídio



Foto: Cláudia Andujar



Há quinze anos eles não conheciam a coqueluche, a fome ou a prostituição. Agora, o governo entregou a reserva dos yanomamis à gula do ouro e os índios não têm mais que cinco anos de vida.

Memélia Moreira
Especial para o JBr

Se em qualquer respeito à Constituição, que ainda nem completou seu primeiro ano de vida, e sem qualquer preocupação com o impacto sobre aqueles que serão atingidos, os ministros Rubem Bayma Denys (general do Exército, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República), e da Secretaria de Defesa Nacional) e Vicente Fialho (das Minas e Energia), além do governador do Estado de Roraima, Romero Jucá Filho, traçaram o plano que vai transformar o território yanomami num matadouro verde: a criação das reservas garimpeiras, dentro do Parque Florestal de Roraima.

E onde estava a Funai para defender seus tutelados, e o Ibama para manter em pé suas árvores? Conscientes de suas impotências, conscientes de que a decisão final repousa acima de suas cabeças, nem Iris Pedro de Oliveira, da Funai, nem Fernando César Mesquita, titular do Ibama, sentaram-se à mesa onde, na última terça-feira, se decidiu rasgar a Constituição. Mesquita já deu murro na mesa contra o projeto. Perdeu.

E a Constituição é clara. Não deixa dúvidas. No seu artigo 231, parágrafo sétimo, proíbe o garimpo nas áreas indígenas. Mas isso não foi obstáculo para os representantes do Governo. Eles encontraram a fachada legal para encobrir o desrespeito. Encomendaram ao obscuro deputado federal Alcides Lima, de Roraima — que não assinou a Constituição — um projeto de lei para legalizar o garimpo na área indígena. E, na próxima terça-feira, esse deputado que se destacou no time da Universidade de Brasília como goleiro, entregará o projeto de lei. A área, oficialmente, é reserva florestal. Mas ela sempre fez parte do território yanomami. Na terça-feira, início do mês, decreta-se a morte dos yanomamis, sem troca de tiros e sem a necessidade de se convocar a Cavalaria. Agosto começa mal para os yanomamis. Com eles morrem também os rios de Roraima, do Uraricoera ao Catrimani, do Ajara-ni ao Branco.

Com a legalização do garimpo nos 5,7 milhões de hectares que

compõem o Parque Florestal, não há mais alternativas para os yanomami. Em cinco anos eles serão submetidos ao mais eficaz genocídio da História Brasileira. Não há como escapar dessa sinistra previsão dos especialistas. O relato da situação atual desses índios, não deixa dúvidas. Eles são, hoje, a imagem mais próxima das hordas famintas que povoam Biafra, Etiópia. Há 15 anos, eram senhores absolutos de suas terras, uma área contínua de dez milhões de hectares. Não conheciam a fome, a coqueluche, a prostituição, e o aspecto degradado desse exército indisciplinado que percorre o País, escavando a terra, envenenando os rios com mercúrio, e transportando nos seus corpos magros, as mais variadas doenças, da malária à Aids — os garimpeiros.

Estratégia

A estratégia que vai determinar a extinção dos yanomami foi traçada com precisão matemática, com cuidados de ourives. Ela começou em 1987, quando Romero Jucá presidia a Fundação Nacional do Índio. Na ocasião, ainda havia tempo para expulsar do território yanomami os garimpeiros que chegavam. Jucá preferiu, entretanto, expulsar da área os testemunhas do genocídio. E foi assim que proibiu a entrada de missionários, médicos, antropólogos e jornalistas, dispostos a denunciar as irregularidades.

Ao mesmo tempo, nos gabinetes do Palácio do Planalto, Jucá, em companhia dos militares que controlam a Secretaria de Defesa Nacional, ajudava a delinear as linhas do Projeto Calha Norte. O projeto, aparentemente, parecia interessante: mostrar a presença institucional brasileira nos distantes seis milhões de quilômetros de nossa fronteira norte. Na prática, o Calha Norte abriu campos de pouso facilitando a entrada de garimpeiros. E os representantes do Governo no Calha Norte, quebrando a monotonia de servir em postos tão longínquos, entregaram-se à prática do garimpo. Alguns já foram punidos, mas o Exército mantém esse caso em sigilo.

Em menos de um ano, a implantação do Calha Norte fez suas vítimas: 68 yanomamis sucumbiram às doen-

ças européias, e aos tiros dos garimpeiros, que chegaram ao requinte de matar índios como se abate caça.

O passo seguinte da estratégia foi a nomeação de Jucá para o governo de Roraima. Ele seria o aliado ideal. Logo após sua nomeação, e antes de se promulgar a Constituição, no silêncio asséptico do quarto andar do Palácio do Planalto, o Governo, de uma só canetada, reduziu 70% do território yanomami. Dos nove milhões de hectares delimitados no Governo Figueiredo, eles foram confinados a 19 áreas — as "ilhas" — num total de 2,4 milhões de hectares. O restante se transformou em Parque Florestal. Essa floresta também está ameaçada de extinção. Ela não suporta os desbarrancamentos dos rios. Vai morrer.

Dólares

Jucá, indagado pela imprensa sobre a redução territorial, apelou para um enigmático discurso ecológico, tão em moda. Era necessário justificar diante da opinião pública mundial os desmandos cometidos no Brasil contra a ecologia. Era preciso calar as sociedades ambientalistas dos nossos credores porque o Brasil, devorador contumaz, precisa de dólares. E a forma encontrada foi o discurso ecológico, que não resistiu 11 meses. Jucá explicou que a subtração do território indígena serviria para criar um "cinturão verde", protegendo os yanomami contra invasores. As consciências ecológicas nacionais se apaziguaram.

Houve, na época, quem acreditasse na súbita conversão de Jucá, e seus comandantes, à causa ecológica. O discurso ralo, entretanto, não convenceu um minúsculo grupo de missionários, antropólogos e juristas. Foi aberto inquérito civil público na Procuradoria Geral da República, pelo procurador Carlos Victor Muzzi. Está em fase de final. O próximo passo a ser dado pela Procuradoria será abertura de novo inquérito denunciando todas as autoridades que não estão cumprindo o dever legal de destruir os campos de pouso clandestinos nas áreas indígenas, retirando os garimpeiros e seus equipamentos. É crime de prevaricação, entendem os procuradores.

Os dólares não chegaram. Jucá foi obrigado a retomar seu discurso real.

Deixou cair a máscara que escondia os verdadeiros objetivos de se subtrair o território yanomami, criando o Parque Florestal, num cerco sem precedentes aos índios. Para se deslocar entre as ilhas, os yanomamis são obrigados a cruzar com seus inimigos próximos. E a História é rica em exemplos mostrando que os enfrentamentos entre esses dois grupos é destrutivo, e sempre em prejuízo dos índios. Quem sai ganhando com esse quadro?

Deserdados

Os vencedores não são nem os índios, nem os garimpeiros e, menos ainda a população tradicional de Roraima. Os vencedores são os comensais de sempre: médios e grandes empresários, funcionários corruptos do Governo, políticos inescrupulosos, de Roraima e de outros Estados. Eles mantêm as dragas extraindo ouro dos rios, e garimpeiros mal pagos violentando a parte mais íntima da Terra. E o ouro sai pelas pistas tomando diferentes caminhos da América do Sul.

Os deserdados desse processo que faz fortunas em questão de horas são, em primeiro lugar, os índios. Mortos de fome, ameaçados de genocídio, eles — em sua grande maioria — nem sabem que estão sendo espoliados. Alguns de seus representantes de tornaram cúmplices dos saques. Na História de todos os povos há sempre um Joaquim Silvério dos Reis.

Os garimpeiros também são deserdados. Tão vítimas quanto os índios, eles morrem assassinados por seus próprios companheiros, na avidez do ouro, morrem das doenças que não conseguem curar, e morrem com a desilusão por não "bamburrar", e sair da miséria.

Há também os habitantes de Roraima. As famílias tradicionais já iniciam seu exodo. Não suportam a perda da qualidade de vida da outrora risonha cidade de Boa Vista. Com baixos salários, não conseguem pagar dez cruzados por uma dúzia de ovos, ou dois mil cruzados por uma modesta casa de dois quartos. Boa Vista assiste entristecida a perda do bucolismo dos cajueiros e mangueiras, e lamenta o ritmo imposto por um governador que não escolheu.

Essa mesma população derrotada, aponta o governador como um dos proprietários de dragas e barrancos. Romero Jucá já até ganhou apelido: "Leite Ninho". A tagarela população de Boa Vista cochicha, temerosa, uma grave acusação: Jucá receberia latas de leite Ninho, com ouro, pela autorização ilegal de garimpagem. São as conversas de comadre naquela cidade.

Profecia

E esse projeto traçado com precisão matemática, é barato. Ele vai eliminar índios sem necessidade de se convocar os **soldiers blues** do general Custer. Para exterminar esse povo basta apenas acenar com a fortuna de uma pepita, para que garimpeiros de todos os lugares corram dispostos a chacinar e a chafurdar na lama, tentando a sorte grande. Não é preciso verbas para manter esse Exército. Nem uniformes azuis eles usam. São os descamisados.

Além de barato, o projeto tem outra vantagem. Seus responsáveis não precisam sequer carregar a consciência pesada para o julgamento da História. O extermínio se fará longe da presença dos principais envolvidos. Os acusados pelos assassinatos serão os garimpeiros. E se alguém for para a cadeia serão esses "queixadões" (porcos), denominação usada pelo índio Davi Yanomami Kopenawa, Prêmio Global 500, da ONU.

Se não há punições para os verdadeiros responsáveis, há, no entanto, temas de reflexão para a sociedade. E há também, para quem acredita em bruxas, uma curiosa coincidência: **Jucá**, nome de família do governador, em tupi-guarani, significa morte, morrer, matar. Coincidência?

Esse governador, cuja história se confunde com a Nova República vem, finalmente, cumprir a profecia de um desastrado coronel da Aeronáutica, que já administrou Roraima: Fernando Ramos Pereira. Num momento de extrema fraqueza, o coronel ditou: "Na minha opinião, uma terra rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de índios, atravancando o desenvolvimento". Ramos Pereira se referia aos yanomamis, os que devem morrer no matadouro verde chamado Parque Florestal de Roraima.